



O CONTRA-HEGEMÔNICO COMO POSSIBILIDADE: APROXIMAÇÕES PELA EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO

*THE COUNTER-HEGEMONIC AS A POSSIBILITY: APPROACHES THROUGH SPACES'S
EXPERIENCE*

*LO CONTRAHEGEMÓNICO COMO POSIBILIDAD: APROXIMACIONES A TRAVÉS DE LA
EXPERIENCIA DEL ESPACIO*

INDICAR EIXO TEMÁTICO – CONTRA HEGEMONIA E INSURGÊNCIAS (Eixo 6)

Coordenador(es)

RUBANO, Lizete Maria

Professora Doutora da FAU Mackenzie; Pesquisadora (pós doutorado) no Departamento de História e Estética do Projeto, Grupo de Pesquisa PC3, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)
lizetemaria.rubano@mackenzie.br

Trabalho 1

RUBANO, Lizete Maria

SOCIEDADE E FORMA. PENSAMENTO E PROJETO PARA MORADIA SOCIAL.

Professora Doutora da FAU Mackenzie; Pesquisadora (pós doutorado) no Departamento de História e Estética do Projeto, Grupo de Pesquisa PC3, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)
lizetemaria.rubano@mackenzie.br

Trabalho 2

CHAGAS-CAVALCANTI, Ana Rosa

O COMUM COMO CONTRA HEGEMONIA: A REVOLUÇÃO DO USO COTIDIANO DA CIDADE EM PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO CONTEMPORÂNEOS

Doutora; Pesquisadora (pós doutorado) no Departamento de História e Estética do Projeto, Grupo de Pesquisa PC3, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)
a.r.chagascavalcanti@usp.br

Trabalho 3

CORREIA, Marina Pedroso

O COMUM IMEDIATO: EXCLUSÃO HABITACIONAL E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE PÓS INDUSTRIAL NORTE-AMERICANA

Lecturer; Columbia University
a.marinacorreia@gmail.com



Trabalho 4

ROSA, Marcos L.

HABITAÇÃO COLETIVA E A PRODUÇÃO URBANA: O TÉRREO, O CHÃO DA CIDADE

Doutor; Pesquisador (pós doutorado) no Departamento de História e Estética do Projeto,

Grupo de Pesquisa PC3, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea,

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)

marcoslrosa@usp.br

Trabalho 5

WILDEROM, Mariana

ARQUITETURA PARA CIDADES NA AMÉRICA LATINA:

UM INVENTÁRIO CRÍTICO DA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA

Doutora; Pesquisadora (pós doutorado) no Departamento de História e Estética do Projeto,

Grupo de Pesquisa PC3, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea,

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)

mariana.wilderom@usp.br

APRESENTAÇÃO

A ideia de *forma-conteúdo* une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. (SANTOS, 2012, p.103)

O papel do projeto de Arquitetura e Urbanismo (e aqui nos interessa focar, especialmente, a realidade sul americana) tem estado sob discussão desde que se reconheceu – teoricamente e pelos processos de realização do mundo – que essas disciplinas têm se distanciado das estruturas sociais que, por princípio e responsabilidade, deveriam ser consideradas na construção de pressupostos disciplinares, que pudessem conformar reflexões e práticas para além das hegemônicas, ditadas pelo mercado e pelo Estado neoliberal.

Os trabalhos aqui apresentados guardam, entre si, o componente comum da procura por experiências, processos, projetos e obras que possam salientar possibilidades em que os conteúdos da “forma” acabam por sugerir a presença desse conteúdo, deflagrando e/ou apontando reações ao dado, imposto, construído pela tradição, normatizado, destituído de lastro ou fundamento, podendo ser reconhecido e legitimado socialmente.

Estamos falando, aqui, de uma procura – teórica e empírica – que possa nos orientar no reconhecimento de reações às *verticalidades* (SANTOS, 2012) que se impõem historicamente à vida, como lógicas hierárquicas e de comando que vão da ordem instituída pelo tempo do



trabalho, pela hegemonia da economia sobre todos os outros campos da vida, da sociedade sobre o social (RIBEIRO, 2000) à sensação de *desordem* (SANTOS, 2012) que causam à vida cotidiana, mas que, por sua vez, também se pauta na cooperação, no viver junto, no reagir e transformar.

Em uma aproximação dos processos radicais de dominação do mundo contemporâneo, SASSEN, 2016, aponta o quanto essa condição complexa das economias políticas avançadas desencadeia, no seu rastro e como condição estrutural posta às populações, o que ela denomina “brutalidades elementares”.

O rebatimento disso no espaço configura-se como uma das mais claras violências, dada pelos processos que expulsam, deslocam e exterminam (!) populações inteiras na perspectiva de fazer da cidade, do espaço urbano, das localizações, matéria valiosa de concentração e reinvestimento da riqueza produzida e excedente (HARVEY, 2019).

Revitalização, renovação, planejamento estratégico, privatização do espaço urbano, espoliação, financeirização, têm sido processos e instrumentos clara e detalhadamente apresentados como constituintes da perversa lógica da cidade desigual, agora *locus* da barbárie, ainda que anunciada como o maior artefato civilizatório que poderíamos ter construído ao bem comum.

Entretanto, ainda que os processos que se impõem, desordenando a vida boa, sejam de enorme magnitude (o que estamos vivenciando como experiência de mundo desde a produzida crise de 2008), é pelo debate teórico e por aproximações à realidade que parece ser possível encontrar reações de diferentes magnitudes no sentido das *horizontalidades*, ou seja, das lógicas articuladas de maneira cooperativa, complementar e na experiência do cotidiano (SANTOS, 2012).

Essa reação criativa – em oposição à destruição criativa de HARVEY (2019) –, foi o objetivo de desejo de pesquisa, de aproximação, investigação crítica e de registro dos pesquisadores que compõem esse debate. Na perspectiva de encontrar reações, insurgências e possibilidades inventivas frente a um mundo humanamente desorientado, é que partimos – e cada qual com seu aporte teórico e recorte de objeto de análise – para aproximações, nem sempre conclusivas, mas dedicadas a descobrir o que ainda é, necessariamente, potente e transformador, seja pela concepção, ação, intervenção material, física, espacial, seja por arranjos sociais ou apropriação.

De modo geral, os espaços dos expulsos clamam por reconhecimento conceitual. São muitos, crescem e se diversificam. São condições conceitualmente subterrâneas que precisamos trazer para a superfície. São, em potencial, os novos espaços para a criação: de economias locais, de novas histórias e de novas formas de pertencimento (SASSEN, 2016, p.263).

Aqui, estamos buscando “trazer para a superfície”, experiências do campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, campo em que navegam esses pesquisadores, conformando



registros que vão do reconhecimento de processos potentes identificados historicamente (o comum) às disciplinas (AU) propriamente ditas que, apontadas – já de maneira clara – como anacrônicas ou subservientes (TAFURI, 1985 ; ARANTES, MARICATO e VAINER, 2000; RECAMÁN in VIGLIECCA, 2014) também podem revelar outras práticas, outras formas de conceber, desejadas inflexões nas lógicas dadas que representam, muitas vezes, *novas* – ou *outras* – maneiras de realizar a experiência da vida urbana e dos espaços do habitar inseridos nela.

Dessa maneira, o objetivo desse debate é o de pautar essas reações que, identificadas e fundamentadas por um referencial teórico, estruturam a pergunta de pesquisa e ancoram as descobertas empíricas, na busca por apresentar um possível acervo de algumas experiências que reafirmam a perspectiva aindaposta como possível à vida coletiva e pública nas cidades por autores como LEFEBVRE (2009); SANTOS (2012); DARDOT & LAVAL (2021); STAVRIDES (2000); SASSEN (2016); RECAMÁN e WILDEROM (2022).

O trabalho SOCIEDADE E FORMA. PENSAMENTO E PROJETO PARA MORADIA SOCIAL persegue o que poderiam ser consideradas inflexões nas políticas e nos movimentos por habitação que pudessem significar, apontar, insinuar, algum avanço no sentido da relação *forma-conteúdo*, posta inicialmente e emprestada de Milton Santos. Aqui abordamos o tempo histórico, não para o campo da historiografia, mas para apontar oportunidades dadas no tempo longo, muitas vezes esquecidas ou esfumaçadas porque “menores”, porém potentes como ideias que se apresentam como construção crítica alternativa.

Trata-se de um texto que aborda questões essencialmente disciplinares (da AU), ainda que muitas vezes dadas fora do campo restrito do fazer projetual, mas afeito ao espaço e à atribuição de novos significados a ele (movimentos sociais por habitação).

Em O COMUM COMO CONTRA HEGEMONIA: A REVOLUÇÃO DO USO COTIDIANO DA CIDADE EM PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO CONTEMPORÂNEOS, a ideia da possibilidade do uso cotidiano das cidades colocar a possibilidade, a necessidade e até o desejo de relações comunitárias, estrutura uma argumentação que perpassa projetos de habitação e de desenho urbano.

A seleção dessas experiências acaba por destacar o quanto o uso cotidiano de espaços projetados e normatizados foram reconduzidos a formas outras de apropriação, com possibilidades ampliadas de gestão, questionando projetos e leis que, impostos, pareciam definitivos e finais.

Com o registro de experiências de oficinas nos ateliês de ensino e pesquisa, o trabalho proposto à discussão – O COMUM IMEDIATO: EXCLUSÃO HABITACIONAL E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE PÓS INDUSTRIAL NORTE-AMERICANA – coloca a necessidade de experimentar, pelo projeto, outras leituras e metodologias postas ao espaço comum, articulando paisagem e geografia da cidade.



É trabalhada a escala das infraestruturas regionais a partir mesmo da correlação entre sociabilidade e espaço comum, na perspectiva da legibilidade como ferramenta potente para o reconhecimento e apropriação.

A questão de como habitação faz cidade em HABITAÇÃO COLETIVA E A PRODUÇÃO URBANA: O TÉRREO, O CHÃO DA CIDADE, é tratada de maneira a perceber a pluralidade – e a complexidade – de sentidos que o chão urbano pode ter quando analisado e/ou proposto de maneira múltipla e até indisciplinar.

O trabalho percorre campos potentes de interpretação daquilo que se vê, mas que – muitas vezes – não se percebe, e que passa por questões estruturais tais como as desigualdades sociais, a segregação ou a multifuncionalidade dadas pelo espaço que toca o chão, pela interface entre peça e trama, entre edifício e cidade.

A perspectiva é a de que algumas experiências percebidas e registradas como alternativas a essas questões possam compor um corpo de conhecimento que solicite – e ampare – revisões no campo disciplinar, como *formas excepcionais de mediação espacial*.

Já em ARQUITETURA PARA CIDADES NA AMÉRICA LATINA: UM INVENTÁRIO CRÍTICO DA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA, o foco se volta a projetos contemporâneos de países latinoamericanos, tendo como matriz uma problematização teórico-crítica.

Destaca-se experiências outras – de exceção – aos padrões de ocupação espacial, aos arranjos tipológicos e às tecnologias construtivas. Estão postas à prova a *abstração geométrica* moderna e sua *antiurbanidade*.

O compromisso e o desejo desse debate, a partir do agrupamento destes trabalhos, intentam checar matrizes teórico-críticas e procedimentos de pesquisa empírica, conformando a perspectiva de um reconhecimento necessário de que o instrumental disciplinar – e o que ele pode desencadear – é potente o suficiente para compor o campo da reação e da proposição de outros mundos. Outros mundos, outras cidades, outras maneiras de morar e de se viver a vida comum.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, André. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DARDOT, P, LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.



RECAMÁN, Luiz. Arquitetura em tempos difíceis. In: VIGLIECCA & Associados. **O terceiro território. Habitação coletiva e cidade.** São Paulo: VIGLIECCA & Associados, 2014. pp.13-39.

RECAMÁN, L; WILDEROM, M. "O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura". **V!RUS**, n.24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/734/734pt.php>. Acesso em: 02/03/23.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**. O alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, EDUSP, 2012.

STAVRIDES, S. **Espaço comum**: a cidade como obra coletiva. Lisboa: Orfeu Negro, 2000.

TAFURI, M. **Projecto e Utopia**. 1a Edição ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.



RESUMO do Trabalho 01

SOCIEDADE E FORMA. PENSAMENTO E PROJETO PARA MORADIA SOCIAL.

O pensamento crítico sobre a moradia precária foi um dos raros momentos de adesão intelectual à realidade urbana no Brasil. Nesse sentido, foi original, mudou paradigmas, alimentou a utopia de construção de uma política urbana includente e inovadora. (MARICATO, 2011, 163).

Muito das políticas habitacionais, concebidas e implementadas no território brasileiro, foi com exatidão registrado, quantificado, analisado e devidamente criticado, o que nos dá um acervo amplo e qualificado do percurso e dos resultados dessas políticas no tempo (para citar só alguns dos trabalhos de referência MARICATO, 2011; BONDUKI, 2011; ROLNIK, 2022).

Dessa maneira, percorrer novamente o tempo histórico com a perspectiva de um recorte, permite-nos possibilidades sempre novas de análises e percepções focalizadas, que possam resgatar aspectos, agora triados pelo tempo, a serem observados novamente com algum propósito.

Em 2001, no doutorado apresentado à FAUUSP – “Cultura de projeto: um estudo das ideias e propostas para habitação coletiva” – foi possível observar que experiências anteriores levavam ao reconhecimento de que as concepções teóricas, práticas projetuais (práxis do projeto) e a maneira como se realizaram os territórios habitacionais nas cidades, conformaram, na densidade do tempo histórico, o que foi chamado de “cultura de projeto” ou um conjunto de conhecimentos incorporados na proposição projetual em que toda a produção anterior aparece como etapa – e momento – de uma possibilidade ou crítica frente às questões contemporâneas.

Para além da chamada “cultura de projeto”, interessa-nos, agora, como se constituíram as teses – teóricas e espaciais – desde que habitação foi vista como um direito e demandatária de políticas públicas até hoje, quando muitas das experiências já podem ser vistas como referenciais e já se pode identificar onde avançamos com o aporte teórico e com o fazer projetual.

Os momentos de inflexão, em que avanços foram percebidos, conformam um painel referencial que vai além das chamadas “boas práticas”, na busca de uma relação significativa (com sentido) entre o “conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS: 2012, p.109), apontando para temas estruturais do enfrentamento entre espaço, dimensão estética e impasse social. (ARANTES:2000, p.14).

Na busca dessas inflexões, ou seja, de momentos em que frente a uma conjuntura estrutural, a *forma* se apresenta como consequência ou expressão dela, quais foram os avanços possíveis, reconhecidos e vistos, essencialmente, sob a perspectiva da realidade urbana e da vida em comum? Como algum avanço pode ser observado como formulação contra hegemônica, no contexto de lógicas institucionais e/ou populares?



Nesse sentido, a história da habitação social no Brasil poderia ser pontuada por alguns desses momentos, que serão melhor qualificados ao longo da pesquisa e de onde serão destacadas algumas dessas chamadas inflexões ou certos avanços qualitativos, que tenham demonstrado possibilidades outras à conformação da relação cidade-habitação, às possibilidades materiais e sociais. Alguns desses momentos seriam:

- Habitação coletiva e trabalho assalariado (a política vinculada aos Institutos de Aposentadoria e Pensão) + Habitação como grande estrutura na metrópole (Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro): *moradia coletiva x unidade unifamiliar no lote/ revisão programática/morfologia como tema de investigação*;
- industrialização e produção seriada (experiências CECAP) + Desenho e produção articulados (Arquitetura Nova): *técnicas e práxis vernaculares/locais como referência para novos processos construtivos*;
- “Escola brasileira de urbanismo” (MARICATO: 2011 e a experiência da prefeitura de São Paulo entre 1989-1992): *quadra como unidade urbana de referência/ localização/ processos construtivos*;
- Programas para moradia em área central (PAC/PAR): *marco regulatório/metodologias de aproximação e de projeto para territórios populares centrais*;
- Ocupações em área central por movimento social de moradia (patrimônio material e formas de gestão): “proto-urbanismo ancorado na vacância” (STEVENS, 2018)
- Plano Nacional de Habitação (PlanHab 2009-2023): *um projeto estrutural para o território brasileiro guardando diversidades regionais e de escala*.

Os destaques dados a cada um desses momentos correspondem às hipóteses que julgamos novas, determinantes de outras lógicas, inventivas e/ou propositoras de outras situações para o morar coletivo, considerando impasses estruturais e possibilidades criadas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: EDUSP: 2000;
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2017;
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011;
- ROLNIK, Raquel. **São Paulo: O planejamento da desigualdade**. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, EDUSP, 2012.
- STEVENS, Jeroen. **Occupation & city**: the proto-urbanism of urban movements in central São Paulo. Tese de doutorado apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie e University of Leuven, 2018



RESUMO do Trabalho 02

O COMUM COMO CONTRA HEGEMONIA: A REVOLUÇÃO DO USO COTIDIANO DA CIDADE EM PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO CONTEMPORÂNEOS

Nos últimos anos, a teoria do cientista político Antonio Gramsci sobre o tema da *hegemonia* (1929-1937)¹ tem sido revivida com curiosidade e atenção em diversos círculos intelectuais. Apesar de ter um recorte ideológico específico, e ter sido escrita em um determinado momento histórico (para dialogar com fenômenos políticos, econômicos e sociais particulares) – ela parece muito atual para refletir sobre a crise do neoliberalismo (2008) e suas repercussões. Essa é uma crise econômica, ecológica, espiritual, ambiental, política, social, humana, e urbana que toca a sociedade e as comunidades da cidade contemporânea.

Neste sentido, este trabalho aborda, por um lado, como o fenômeno da *hegemonia* afeta a produção da cidade e, de outro lado, como o *uso cotidiano da cidade* pode ser entendido como uma “*revolução contra-hegemônica*” em projetos de habitação e desenho urbano contemporâneos recentes voltados a restaurar e instaurar relações comunitárias e o comum urbano.

Como tal, o que se entende como *hegemonia* neste trabalho são, primeiro, os valores difundidos por esse fenômeno na sociedade contemporânea: o individualismo, a competição social, e o consumismo. Segundo, as instituições, os veículos e os processos através dos quais a cultura e os valores hegemônicos são difundidos na sociedade contemporânea: ou seja, o estado e as instituições de ensino. Finalmente, a “*contra hegemonia*” aqui é entendida como o processo através do qual os subalternos e os intelectuais tradicionais (pessoas conscientes) contornam o uso, desenho e projeto da cidade produzidos por instituições e valores hegemônicos. Não interessa aqui, portanto, o recorte ideológico sobre o tema (relacionado à filosofia dialética), pois acredita-se que a sociedade contemporânea (e seus problemas específicos), necessita de uma superação das ideologias que causam divisão – em prol de uma reflexão e prática social baseada no diálogo, cuidado e convivência: voltada ao bem comum.

Na atual conjuntura de uma cidade extremamente urbanizada, o espaço da cidade é um processo instrumental do capitalismo (BRENNER, 2013) – e está fortemente subordinado aos valores hegemônicos. A concepção e prática da arquitetura e urbanismo, também, por sua vez, estarão condicionadas aos processos hegemônicos. O

¹ O conceito da hegemonia cultural está presente em diversos cadernos elaborados pelo autor durante sua estadia na prisão, onde ele reflete como certas instituições modernas (a saber, o estado e as instituições de ensino) incitam a sociedade a se comportar de maneira a reproduzir valores hegemônicos.



estado e a educação hegemônica (além do mercado) irão induzir um processo de concepção e produção de uma arquitetura e de um urbanismo de forma reducionista e ideológica – o que Henri Lefebvre poderia conceituar como uma decodificação e recodificação do real, uma imposição do espaço concebido no espaço vivido, ou, ainda, uma superposição do espaço estatal sobre as práticas sociais dos cidadãos (1958).² Em outras palavras, o projeto da arquitetura e urbanismo hegemônico re-codifica as práticas cotidianas da cidade, se superpondo às dinâmicas comunitárias e sociais vinculadas às necessidades humanas das pessoas que convivem nas cidades (ou seja, ele reduz a vida cotidiana, pois é apenas um recorte dela). Assim, o espaço moderno, que é instrumental ao capitalismo (assim como a arquitetura e urbanismo nele produzidos), seria uma espécie de ideologia que reduz as manifestações cotidianas dos seus usuários e que os induz a se comportarem de forma hegemônica.

Ainda, o “estado” e o “mercado” (enquanto forças de planejamento hegemônicas) da cidade contemporânea irão produzir uma cidade baseada em relações contratuais, nos “cercamentos dos comuns” e em fenômenos de “despossessão,” “mercantilização,” “financeirização” e “marginalização” das “práticas comunais” (STAVRIDES, 2022; SEVILLA-BUITRAGO, 2023). Entretanto, o uso cotidiano das cidades tem a capacidade de “colocar as coisas coletivamente” (a instituir o comum e agir comunal) – através de das práticas cotidianas e relações comunitárias das pessoas que nelas habitam (DARDOT & LAVAL, 2021, p.14-16). Sendo assim, o comum é entendido aqui como um fenômeno contra-hegemônico.

Tendo em consideração tal arcabouço teórico, esse trabalho apresenta uma seleção de casos de projetos de habitação e desenho urbano voltados ao bem comum (no norte e sul global), elaboradas no decurso dos anos de 2021 e 2023 (em um projeto de pesquisa de pós doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) – ilustrados por ocupações urbanas para fins de moradia ou uso cívico, comunitário e social da cidade; práticas de convívio e cuidado nos espaços públicos e; projetos inovadores na produção, propriedade e desenho da moradia ao longo da história. Como tal, procura-se demonstrar como o uso cotidiano das estruturas e propriedades urbanas (segundo os moldes dos desenhos dos projetos de arquitetura e urbanismo hegemônicos) foram “subvertidos” ou “ressignificados” – não somente contornando a cultura da hegemonia, mas reformulando o papel do estado, questionando o papel dos projetos da arquitetura e do urbanismo, das leis urbanas e dos cidadãos na cidade do século XXI e, promovendo uma verdadeira revolução na prática e vivência das cidades contemporâneas.

² No texto “Critique de La Vie Quotidiene”, em português “Crítica da Vida Cotidiana,” publicado em 1958.



Figura 1 – Uso do pátio da ocupação 9 de julho, para brincadeiras de crianças, exposição de grafites, e para refeições comunitárias (abertas ao público) na cidade de São Paulo, SP. Fonte: Chagas-Cavalcanti, Ana Rosa (2022).



Figura 2: Foto de uma pichação com os dizeres “- riqualificazione + case”; em português, “menos requalificação, mais casas”, no projeto de requalificação urbana do bairro de Corvetto, em Milão, na Itália. Fonte: Chagas-Cavalcanti, Ana Rosa (2022).

REFERÊNCIAS

- BRENNER, N. **Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization.** Berlin: Jovis, 2013.
- DARDOT, P, LAVAL, C. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DE-CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien.** Paris: Gallimard, 2003.
- DOUET, Y. **L'hegemonie et la revolution:** Gramsci, penseur politique. Paris: Lignes Rouges, 2023.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** Turim: Enaudi, 1975.
- LABSUS. Laboratorio per la Sussidiarietà. Roma: LABSUS.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne.** Paris: Antropos, 1958.
- MEDRANO, L, RECAMAN, L, AVERMAETE, T. **The new urban condition:** criticism and theory from Architecture and Urbanism. New York, Routledge, 2001.
- SEVILLA-BUITRAGO, A. **Contra lo comun:** una historia radical del urbanismo. Madrid: Alianza Editorial, 2023.
- STAVRIDES, S. **Espaço comum:** a cidade como obra coletiva. Lisboa: Orfeu Negro, 2022.



RESUMO do Trabalho 03

O COMUM IMEDIATO: EXCLUSÃO HABITACIONAL E ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE PÓS INDUSTRIAL NORTE-AMERICANA

As desigualdades sociais no contexto norte-americano, frequentemente camufladas nas regiões economicamente mais prósperas, tornaram-se mais explícitas desde a pandemia. A oposição entre individualismo e coletividade, característica do ambiente cultural e urbano norte-americano, e a possibilidade de um exercício estável de cidadania são atualmente desafiadas por pressões ambientais, econômicas e de saúde pública sem precedentes.

Dois ateliês de projeto organizados em 2022 na Rhode Island School of Design e em 2023 na California Polytechnic State University em Pomona foram desenvolvidos a partir de uma mesma plataforma conceitual e metodologia para investigar incongruências socioespaciais no contexto urbano norte-americano. Os estudos de projeto, entendidos como argumentos espaciais críticos, trazem à superfície contradições aparentemente estáveis no imaginário coletivo das cidades em que se situam. Eles compõem um léxico temático da cidade pós-industrial de média e grande escala que transcende as especificidades de seu entorno.

A metodologia de desenvolvimento dos estudos parte da elaboração de visualizações críticas, tal como apresentadas sob o termo *contra-visualizações* pelo teórico Neil Brenner. As contra-visualizações buscam desestabilizar as estruturas hegemônicas da ideologia urbana globalizada e podem ser entendidas como um trabalho de crítica destinado a abrir novos horizontes para a imaginação de padrões emergentes e caminhos da urbanização nas diversas geografias de nosso planeta (BRENNER, N. 2018). As hierarquias sócio-espaciais, muitas vezes subjacentes e implícitas, tomadas como óbvias e não questionadas, tendem a reiterar dinâmicas de poder e exclusão. A dissolução de ordens visuais, tanto em escala territorial quanto arquitetônica, é um projeto de representação, que reivindica a dimensão crítica do desenho como ferramenta capaz de informar os processos que regem o fazer da cidade contemporânea.



Os modos de visualização de um determinado contexto físico e social, a maneira em que as informações se reúnem sobre uma superfície visualizada (seja bidimensional ou tridimensional) é protagonista do processo de interpretação crítica que serve como ponto de partida, ou pergunta, para uma resposta projetual. As visualizações são dotadas de um potencial conciliador, pois reúnem numa superfície única de desenho as complexidades e divergências espaciais que geralmente aparecem de maneira dispersa em bases cartográficas diversas. Segundo Bruno Bosteels, a relação entre a cartografia e a subjetividade artística está atrelada a sua capacidade de ordenar territórios existenciais desconexos (BOSTEELS, 1998, p. 146).

Estas abordagens evidenciam a importância do desenho no processo de formulação de novos imaginários culturais. A experimentação no campo do desenho deve ser entendida não apenas como recurso técnico e documental, mas como ferramenta de aproximação entre os campos da arquitetura, artes visuais, política e literatura. Um desenho crítico, como ponto de partida do processo projetual, implica em que a realidade não seja entendida “*a priori*” mas sim desconstruída visualmente. Assim, poderá ser reformulada através de respostas projetuais capazes de aproximar a subjetividade e a estética do âmbito coletivo, onde a ética e o meio-ambiente se encontram.

Primeiramente, serão apresentadas algumas propostas de intervenção desenvolvidas no ateliê de projeto *Arquitetura em si: Insights plurais sobre o comum imediato* na cidade de Providence, no nordeste dos Estados Unidos. Trata-se de um contexto marcado por ampla desigualdade social, camuflada entre o esvaziamento de um polo industrial portuário, a economia de campi universitários de elite e o adensamento periférico. As propostas buscaram reformular a relação entre sociabilidade e espaço comum a partir de intervenções formais de alta legibilidade em espaços públicos adjacentes a zonas institucionais, industriais e infraestruturas urbanas regionais.

Em seguida, serão apresentadas as propostas de intervenção elaboradas no ateliê de projeto *Nomadismo urbano: uma crítica à exclusão habitacional* às margens do Rio Los Angeles. Frequentemente ocupadas e esvaziadas através da dinâmica crescente de nomadismo urbano, as superfícies retificadas do Rio Los Angeles são resultado dos



esforços de drenagem de meados do século vinte e representam uma lacuna no tecido urbano da cidade. Esse vazio linear interior é ainda acentuado pelas ferrovias e rodovias que acompanham o eixo do rio. A estratificação de infraestruturas de mobilidade e usos industriais paralelos ao rio agrava o seu isolamento dos bairros residenciais. Nos últimos anos, a cidade de Los Angeles tem trabalhado para expandir a acessibilidade às superfícies verdes e à biodiversidade ao longo das margens urbanas do Rio Los Angeles. Nesse contexto, programas recreativos são frequentemente atrelados a equipamentos educacionais novos ou existentes. A habitação para a população mais vulnerável, no entanto, não está integrada a estas visões, sinalizando que os projetos de grande escala podem servir para promover uma gentrificação ainda maior. O ateliê explorou convergências programáticas que possam contribuir para a evolução de uma compreensão contemporânea do problema habitacional para além dos limites da propriedade individual, em direção a uma consciência ampliada do espaço comum na integração da paisagem natural e geografia da cidade.

REFERÊNCIAS

BOSTEELS, Bruno. **From Text to Territory**. In: KAUFMAN, Eleanor; JON HELLER, Kevin (ed.). Deleuze and Guattari: New Mappings in Politics, Philosophy, and Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. p. 145-174.

BRENNER, Neil. **O Trabalho do Urban Theory Lab**. Publicado pelo canal do Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UPf4_Afs9pE&t=2s. Acesso em 9 mar. 2022

DAVIS, Mike. **City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles**. London/New York: Verso, 1990.

ELDEN, Stuart. “**The Space of the World, New Geographies**.” In New Geographies 4: Scales of the Earth, edited by El Hadi Jazairy, 26-31. Cambridge: Harvard GSD, Harvard University Press, 2011.

RADFORD, Gail. **Modern Housing for America: Policy Struggles in the New Deal Era**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

SENNETT, Richard. “**Edges: Self and City**.” In Ethics of The Urban: The City and The Spaces of The Political. Zurich: Lars Müller, 2017. p. 261-268.

SMITH, Neil. “**Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical**



Scale.” *Social Text*, no. 33. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1992, pp. 55–81.



RESUMO do Trabalho 04

HABITAÇÃO COLETIVA E A PRODUÇÃO URBANA: O TÉRREO, O CHÃO DA CIDADE

A casa e a cidade, produtos culturais indissociáveis, são temas recorrentes na construção do nosso habitat. A ideia de que a habitação coletiva produz cidade está associada à compreensão da cidade como obra contínua de seus habitantes (LEFEBVRE, 1996, p. 178), resultado da interação de múltiplas subjetividades (BOANO, 2016, p. 50), como amálgamas complexas (DE BOECK, 2015) resultantes do entrelaçamento de corpos humanos, natureza, objetos, tecnologias, infraestruturas e instituições. Essa perspectiva se relaciona com o exercício do direito à cidade³ e é central para propostas autogestionadas e de autoconstrução que, reconhecidamente, produzem nossas cidades (BONDUKI, 1992; FERREIRA, OLIVEIRA, IACOVINI, 2019), indicando marcos teórico-práticos relevantes para a Arquitetura e Urbanismo (AU).

A emergência de teorizações alternativas sobre a urbanidade contemporânea, um esforço recente para confrontar uma paisagem diversificada de conhecimentos nos Estudos Urbanos, desafia abordagens tradicionais de planejamento e análise urbana como um mero exercício regulatório (Amin e Lancione, 2023; Meth, 2010; Friedmann, 2011), rejeitando o modelo único universal⁴ e reconhecendo abordagens mais políticas e matizadas (Oswin, 2018) que exigem uma perspectiva crítica capaz de capturar essa ontologia (SIMONE e PIETERSE, 2017; AMIN E LANCIONE, 2023). O térreo, o chão da cidade, é uma possibilidade crítica que mobiliza uma multiplicidade de sentidos sobre o espaço enquanto visibiliza a desigualdade, profundamente enraizada nas cidades brasileiras. Em uma perspectiva crítica aos valores estruturantes e excludentes de nossa sociedade e espaço, diversidade e interseccionalidade são fundamentais para examinar os emaranhados que produzem o espaço e a vida urbana (HOOKS, 2004).

No Brasil, o conhecimento desenvolvido pela AU sobre habitação social foi historicamente orientado pela produção de exceções. Apesar dos avanços no campo da política pública urbana (FERREIRA 2003; FERNANDES, 2008; ROLNIK, 2011) e da possibilidade de produção em escala (MARICATO 2001; ROLNIK e CYMBALISTA, 1997), os resultados espaciais dos programas de habitação têm sido amplamente criticados (MARICATO, 2011; FERREIRA, 2013; RIZEK et al., 2014; ROLNIK et al., 2015) apontando uma falta de pensamento espacial consistente, especialmente em relação à produção de urbanidade. No entanto, algumas experiências conseguiram superar as limitações impostas por uma tradição disciplinar local, produzindo um corpo de conhecimento relevante para reavaliar formas de ação projetual. Sugerimos que nesses projetos a ideia de chão emerge como uma possibilidade radical para repensar a cidade, a partir da espacialidade de seu térreo, definindo um elemento tipológico e espacial que condensa significados políticos.

³ Entendido como a possibilidade de fazer e desfazer, acessar e modificar, como um ideal político, conforme advoca Lefebvre e questiona David Harvey sobre a definição de cidade oferecida pelo sociólogo Robert Park (1967), em "The Freedom of the City" (2007). Harvey conclui que "o direito à cidade não é um mero direito ao acesso àquilo que existe, mas um direito a mudá-lo. (HARVEY, 2003, tradução do autor). O conceito repercutiu recentemente. No Brasil, de forma adicional aos conflitos tradicionais por direito à terra, novas demandas estão associadas com novos contextos sócio culturais que estão em conflito direto com as estruturas urbanas arcaicas do país (MEDRANO e RECAMAN, 2017).

⁴ Essa rejeição do *one-model-fits-all*, ocidental, segue o pensamento decolonial do Sul.



Contextualizamos essa discussão apresentando duas experiências habitacionais de São Paulo⁵, que são atravessadas por narrativas emergentes da luta dos movimentos sociais por moradia.⁶ Holston (2008) captura a formação de um corpo crescente de conhecimento que se desenvolve até hoje⁷, cuja radicalidade discursivo-prática encontrou condições para o desenvolvimento de experiências habitacionais singulares no período da redemocratização (1980). Informadas por conhecimentos situados (HARAWAY, 1998), oferecem imaginários políticos alternativos⁸ para o projeto da cidade, cuja urbanidade é caracterizada pelos contextos sociais e históricos aos quais pertencem, em oposição ao projeto político de dominação pelo espaço (HOLSTON, 2008, p. 157). Apesar de terem sido subvalorizadas pelo conhecimento disciplinar e institucional⁹, identificamos na espacialidade desse térreo urbano a expressão arquitetônica desses processos, que nutre uma hipótese espacial correspondente. Ao incorporar os significados políticos mobilizados pelo e sobre o chão, o projeto antecipa as condições socioambientais para a própria construção e experiência urbana, onde uma investigação crítica e teórica é demandada. Nesse sentido, além das valiosas narrativas elaboradas por outros campos disciplinares, sugerimos um foco interessado em assimilar seu significado à arquitetura, com ênfase na materialidade e experiência do espaço.

Isso parece ser especialmente relevante no contexto das cidades brasileiras, cuja matriz espacial-urbana permanece ligada à ideia do edifício – a arquitetura como objeto autônomo que internaliza um programa público, introvertido no lote –, e à mera aplicação técnica de uma interpretação disciplinadora, padronizada e universal das funções urbanas. Essa compreensão se alinha à formulação de Secchi (1986) sobre o *Progetto di suolo*, que responde à tendência pervasiva de fragmentação, centrada no projeto do nível térreo da cidade. Frente às lógicas hegemônicas, resta ao térreo uma agência limitada, com articulação empobrecida entre arquitetura e espaço urbano, definida por operações que fragmentam e

⁵ Conjunto Habitacional Jardim São Francisco, Setor 8, desenvolvido pelo coletivo Co.Opera.Ativa, cujo projeto do concurso foi coordenado por Demetre Anastassakis, e Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, do USINA CTAH. Estas experiências foram estudadas no contexto da Pesquisa de Pós-doutorado "Habitação Coletiva, forma urbana e avaliação", financiada pela Fapesp (n. 20/11918-2), com supervisão do Prof. Leandro Medrano (FAUUSP), pesquisador principal e responsável pelo auxílio do Projeto Temático n. 16/22704-8, "Arquitetura e urbanismo frente ao espaço social no Século 21: estratégias de segregação e táticas de apropriação", ao qual a pesquisa está vinculada. Nesse contexto, participaram da pesquisa dois projetos de Iniciação Científica: "Habitação coletiva e espaço urbano no Brasil: Comuna Urbana Dom Hélder Câmara", desenvolvido por Isadora Costa Barro-Novo (processo Fapesp n. 22/01241-0) e "Habitação coletiva e espaço urbano em São Paulo: Conjunto habitacional Jardim São Francisco", desenvolvido por Giovanna Romanelli Amorim (processo Fapesp n. 22/01443-2).

⁶ Lutando contra a insegurança da posse e a falta de serviços urbanos básicos (ROLNIK, 2019) no país, em processos locais moldados como terrenos "de contestação e cumplicidade, de protesto e cooptação" (ROY, 2009, p. 10).

⁷ Descritas como formas de "cidadania insurgente".

⁸ Faranak Mirafat (2017) aponta que essas práticas insurgentes "são fluidas, atravessam todos os espaços de participação e envolvem tanto as arenas formais quanto informais da política; elas visam combinar as lutas por redistribuição e reconhecimento" (p. 280, tradução própria), considerando-as como o limiar dos espaços onde as ações de base resistem à inclusão neoliberal enquanto desestabilizam o status quo.

⁹ Simone e Pieterse (2017) chamam atenção a práticas contra-hegemônicas mantidas nas margens da historiografia da arquitetura, daí que é considerado uma forma válida de conhecimento (FRIEDMANN, 2011), e de acordo com a compreensão ocidental hegemônica (TURNER, 1972, p. 148). Arturo Escobar (1995) e Ananya Roy (2009) problematizam ainda a romantização de práticas alternativas como resilientes, criativas ou engenhosas, cooptadas por discursos neoliberais.



isolam.¹⁰ Apesar dessa espacialidade problemática, os conflitos e contradições flagrados no chão revelam posições radicais – improvisadas, reivindicadas e de luta – em que o direito de vivenciar livremente a cidade colide com uma espacialidade inadequada¹¹, cuja ausência de um projeto urbano apropriado reproduz desigualdades estruturais (de raça, gênero, classe, sexualidade, exploração do trabalho, e ancestralidade). Reagindo a esta tendência, o térreo de experiências habitacionais parece emergir como uma forma de resistência ao pensamento hegemônico da produção do espaço, diferindo radicalmente da monotonia verificada na despersonalização e falta de autenticidade dos grandes conjuntos. Importa compreender a tradução dos muitos sentidos do chão em espacialidades carregadas de possibilidades, com eventual potencial emancipatório. Apontando a marginalização do tema, Secchi identifica o projeto do térreo como uma oportunidade para garantir qualidades fundamentais do espaço urbano, como "continuidade" – abertura e fluidez (não isolar) –, "conectividade" – articulação e contato para o encontro, diálogo e debate –, e "identidade" – ou o acolhimento dos distintos corpos e formas de existir e abertura à possibilidade de fazer e refazer própria do direito à cidade. Esse processo não ocorre sem tensões e contradições, que podem ser lidas na própria vida cotidiana e suas práticas (LEFEBVRE, 1996, p. 151).¹² Roy (2009) reconhece que a contra-hegemonia coexiste com a hegemonia e, com frequência, é antecipada em sua própria estrutura.¹³

Com esse foco, descrevemos a excepcionalidade das experiências analisadas para iluminar nossas hipóteses de uma urbanidade caracterizada por um chão com uma multiplicidade de significados, que oferecem novas possibilidades de pensar e constituir o térreo urbano como uma expressão radical contingente às condições políticas, econômicas e socioculturais. Escapando da tradição disciplinar brasileira, o repertório arquitetônico e o arcabouço teórico-prático observados alcançam resultados espaciais identificáveis e confrontam paradigmas hegemônicos, levando-nos a questionar se isso indica uma alternativa. Nos amparamos nesses imaginários político-práticos¹⁴ (MIRAFTAB, 2017) para discutir criticamente os sentidos do chão na espacialidade do térreo. A hipótese aponta para a necessidade de formular políticas públicas, estratégias de projeto e pedagógicas capazes de contribuir para a produção de conhecimento crítico que poderia informar uma transformação correspondente.

REFERÊNCIAS

¹⁰ A exemplo dos condomínios fechados, novos bairros periféricos, unidades habitacionais uniformes e massificadas nas periferias, que parcelam (o solo), fragmentam e convertem espaço em propriedade, criando cercamentos reproduzidos *ad infinitum*.

¹¹ Assim denominam Sandercock (1999) e Miraftab (2009, 2017) práticas de planejamento insurgente.

¹² A interpretação de Lefebvre do cotidiano como um espaço contraditório que oferece insights valiosos sobre a condição urbana. Referindo-se a "utopias experimentais" (1996, p. 151), ele enfatiza a importância da vida cotidiana e suas práticas como um terreno fértil para analisar as contradições e tensões do sistema capitalista.

¹³ Por exemplo, quando a matriz espacial adotada impede qualquer forma de continuidade espacial e experiência de um tecido urbano fluido e articulado para além dos limites de uma experiência, no sentido das ilhas tipológicas de Ungers, isoladas, exemplares e singulares (1966). Ou quando a construção do conjunto arquitetônico – uma vitória de um processo de luta com sentido comunitário – também tem o potencial de neutralizar ou controlar o sentido da luta que o gerou (STAVRIDES, 2020).

¹⁴ Miraftab (2017) argumenta que práticas insurgentes politicizam a imaginação, recorrendo à ideia de decolonizar a cabeça, apresentada por Frantz Fanon em 1986, percebendo o futuro como um terreno de luta (2017, p. 285) para liberação da opressão praticadas na economia neoliberal.



AMIN, A.; LANICIONE, M. (Ed.). **Grammars of the Urban Ground**. Durham: Duke University Press, 2022.

BOANO, C.; NEWTON, C.; TALOCCI, G. **Towards an Architecture of Engagement**: Researching contested urbanism and informalities. In: CAMPKIN, B.; DUIJZINGS, G. (Org.). **Engaged Urbanism: Cities & Methodologies**. Londres: I. B. Tauris, 2016. p. 46-52.

BONDUKI, N. **Habitação e Autogestão**: Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

DE BOECK, F. Divining the City: Rhythm, Amalgamation and Knotting as Forms of Urbanity. **Social Dynamics**, v. 41, n. 1, p. 47-58, 2015.

FERNANDES, E. **Do Código Civil ao Estatuto da Cidade**: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, M. M. (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FERREIRA, J. S. W. **Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas**. Conferência das Cidades, 5., 2003, Brasília. Anais [...]. Brasília: Câmara Federal/CDUI e Ministério das Cidades, 2003.

FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. (Ed.). **Dimensões do Intervir em Favelas**: desafios e perspectivas. São Paulo: Peabiru TCA, 2019. Disponível em: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Dimens%C3%B5es-do-intervir-em-Favelas-novo.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

FERREIRA, J. S. W. **Sustentabilidade dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**: inserção urbana e qualidade arquitetônica. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. In: Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, n. 60, 15 a 17 maio, 2013, Brasília.

HARVEY, D. The Right to the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 4, p. 939, 2003. Harvey, D. (2007). **The Freedom of the City**. In M. Swenarton, I. Troiani, & H. Webster (Eds.), **The politics of making**. Routledge.

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship**: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HOOKS, B. **Teaching Community**: A Pedagogy of Hope. Routledge, 2004.

LEFEBVRE, H. **Writings on cities**. Oxford: Blackwell, 1996.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. As tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo? **Minha Cidade**, São Paulo, n. 11, abr. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3795>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MEDRANO, L. e RECAMAN, L. A. B. Space and society in the 21st century: the case of São Paulo. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 28, n. jan./abr. 2018, p. on-line, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v28n1.56431>. Acesso em: 09 maio 2024.



MIRAFTAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, fev. 2009. DOI: 10.1177/147309520899297.

MIRAFTAB, F. **Insurgent practices and decolonization of future(s)**. In: GUNDER, M.; MADANIPOUR, A.; WATSON, V. (Ed.). *The Routledge Handbook of Planning Theory*. Londres: Taylor & Francis, 2017. p. 276-288.

OSWIN, N. Planetary urbanization: A view from outside. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 540-546.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546; set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19741>. Acesso em: 22 out. 2022.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. (Ed.). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Pólis**, São Paulo, n. 29, 1997.

ROLNIK, R. Democracy on the Edge: Limits and possibilities in the implementation of urban reform in Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 239–255, 2011.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**; v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/18863/16807>. Acesso em: 22 out. 2022.

ROLNIK, R. **Urban Warfare**: Housing under the Empire of Finance. Nova Iorque: Verso, 2019.

ROY, A. Strangely Familiar: Planning and the worlds of insurgence and informality. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 7-11, 2009. DOI: 10.1177/1473095208099294.

SECCHI, B. Progetto di suolo. **Casabella**, n. 520/521, p. 19-25, jan.-feb. 1986.

SIMONE, A.; PIETERSE, E. **New Urban Worlds**: inhabiting dissonant times. Cambridge: Polity Press, 2017.

STAVRIDES, S. Reclaiming the City as Commons: Learning from Latin American Housing Movements. **Built Environment**, v. 46, n. 1, p. 139-153, Spring 2020.

UNGERS, O. M. Grossformen im Wohnungsbau. **Veröffentlichungen zur Architektur**, n. 5. Berlin: Technische Universität Berlin, 1966.



RESUMO do Trabalho 05

Arquitetura para cidades na América Latina: um inventário crítico da produção contemporânea

Apresentamos o processo de uma pesquisa que desenvolveu metodologias e ferramentas para identificar aspectos contra-hegemônicos na produção arquitetônica. O estudo focou tanto na estruturação conceitual e disciplinar, quanto nas estratégias projetuais e nos padrões de espacialidade que emergem no território. Organizado em dois eixos complementares, o trabalho incluiu I) uma problematização teórico-crítica para informar os procedimentos de análise dos objetos empíricos, e II) uma seleção de estudos de caso contemporâneos, sistematizando questões derivadas das práticas projetuais recentes que enfrentam problemas socioespaciais das cidades latinoamericanas.

O eixo teórico revisou sobretudo as "possibilidades críticas — teórico-práticas — de formulações de estratégias da Arquitetura e do Urbanismo que permitam reagir em diferentes níveis às imposições das lógicas sociais destrutivas do mundo contemporâneo" (RECAMAN, WILDEROM, 2022). Propôs-se, um procedimento analítico — motivando o referido artigo — que tem como baliza a crítica radical às estratégias e resultados espaciais do processo de racionalização da arquitetura moderna (hegemônica) — na sua refração brasileira. A fim de indicar, assim, as condições de uma ação crítica — contra-hegemônica — possível na contemporaneidade. Percorremos argumentos de Otília Arantes (1997, 2015, 2022) e Manfredo Tafuri (1983, 1985), recuperando a problematização deste último realizada por Fredric Jameson (1985). O crítico americano mobilizou, em meados dos anos 1980, a perspectiva lefebvriana da produção do espaço e da vida cotidiana como uma alternativa crítica ao niilismo metodológico tafuriano, indicando um possível sentido para a construção de um horizonte teórico-metodológico de transformação social. Esta perspectiva, ainda que passível de ser relativizada pela própria obra subsequente do autor, é retomada nesse trabalho como uma promissora hipótese ainda em aberto, mobilizada para a análise dos objetos empíricos.

O conjunto de estudo de casos selecionados pode ser entendido como um "inventário crítico", no sentido proposto por Lefebvre (1971, p.49). Isto é, de " inventariar a experiência adquirida, tirar lições dos fracassos, ajudar a fazer nascer o possível através de uma maieutica alimentada pela ciência". A amostragem inicial ultrapassou a verificação de 1000 projetos¹⁵ publicados em publicações e portais on-line especializados, considerando um recorte de cinco países latinoamericanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México). A seleção dos casos mais representativos da amostragem coletada, resultou na produção de aproximadamente 50 fichas técnicas para facilitar uma perspectiva comparada. Foram selecionados projetos que apresentavam notavelmente algum dos aspectos a seguir: (1) a renovação dos aspectos programáticos usuais: o programa de necessidades é alterado a partir de uma problematização

¹⁵ Esse trabalho foi desenvolvido com o auxílio dos pesquisadores de iniciação científica da graduação da FAUUSP orientados pela autora: Bruno Silva Machado, Caroline de Freitas Alencar, Lorena Abib Penna Pagnan, Veronica Mei Ogasawara Diaz, Victoria Paz dos Santos, Yolanda Toscano Paulichi Battaglia Custódio, Luma Santos de Oliveira.



que considera tanto a dimensão física, quanto relacional da arquitetura; (2) a forma arquitetônica situada em relação aos padrões de ocupação espacial, às tecnologias construtivas ou tipologias existentes.

O recorte geral da pesquisa – América-Latina – evidencia também problemáticas sociais e urbanas que demandam da Arquitetura e do Urbanismo (AU) respostas cada vez mais complexas. Destaca-se o fato de que cerca de 80% dos latino-americanos vivem em áreas urbanas. E que, em comparação com o "mundo em desenvolvimento", esses números são bastante peculiares, considerando a Ásia, cuja percentagem é de apenas 50, enquanto na África mal chega a 40. Também, na América Latina, a proporção da população total que vive em cidades com mais de um milhão de habitantes já ultrapassa os 40% (CASTELLS-QUINTANA, 2017). Estes países compartilham de uma paisagem urbana, entendida amplamente nos seus aspectos biofísicos, econômicos e culturais, que, como denota Arturo Escobar (2007) expressa a crise do "desenvolvimento". Isto é, uma paisagem conformada pela violência, pobreza e a deterioração social e ambiental crescente, bem como a marginalização da maioria da população dos processos de pensamento e decisão sobre a prática social.

Analizando a condição de vida urbana na América Latina no começo deste século, Calderón e Castells (2021, p.48-49) ressaltam as implicações do modelo neodesenvolvimentista preponderante no subcontinente. Esse que baseou-se no "crescimento econômico e na redistribuição a qualquer custo", focou no avanço das forças produtivas e na melhoria das condições materiais de vida da população, especialmente dos mais pobres. Mas esse modelo, marcado pelo produtivismo, negou seus decorrentes custos ambientais e sociais. O resultado desse processo, lido pelos autores como "desenvolvimento inumano", foi a transformação de enormes áreas metropolitanas em um "habitat pouco hospitalar para a maior parte da população". Ainda que os indicadores sociais tenham melhorado significativamente em relação à saúde, educação e renda, as condições de moradia, transporte, entretenimento urbano, poluição, habitabilidade do meio ambiente se deterioraram. Esse quadro reforça a percepção da necessidade de uma reflexão advinda da especificidade disciplinar da AU.

O diálogo entre o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa e o "inventário crítico" foi mediado pela necessidade de se buscar – considerando a especificidade disciplinar – uma reação contrária à abstração geométrica moderna e de sua consequente antiurbanidade e desterritorialização. Algo reforçado pela introversão e fragmentação dos espaços, por estratégias arquitetônicas fixadas em microcosmos auto-centrados, refletindo a sublimação formal de uma impossibilidade social. Informados por essas questões, analisamos o conjunto de projetos levantado, sistematizando-o e reorganizando-o criticamente.

Produzimos, ao final, uma síntese de questões disciplinares que emergiram do processo possibilitando uma leitura ampliada, extrapolando as circunstâncias dos casos. Seguindo o compromisso de que "[...] a prática crítica deve perseguir conteúdos espaciais, culturais e sociais que figurem alternativas à abstração progressiva da vida, ou seja, imaginar ações — e realizações — contra-hegemônicas e processuais em relação ao domínio contínuo da hegemonia



do capital" (RECAMAN, WILDEROM, 2022)¹⁶.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos.** 3a Edição ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- ARANTES, O. B. F. Nota sobre a experiência estética depois dos Modernos. **Revista Limiar**, 8(15), p. 39-42., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/limiar.2021.v8.12556>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.
- ARANTES, O. B. F. Lúcio Costa e a ‘boa causa’ da arquitetura brasileira. In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 113-133.
- CALDERÓN, F.; CASTELLS, M. **A Nova América Latina.** São Paulo: Zahar, 2021.
- CASTELLS-QUINTANA, D. A região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento. **L21.** 16 novembro de 2017 [https://latinoamerica21.com/br/a-america-latina-e-a-regiao-mais-urbanizada-do-mundo-em-desenvolvimento/]
- ESCOBAR, ARTURO. **La invención del tercer mundo.** Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007, p.11.
- JAMESON, F. **Architecture and the Critique of Ideology.** In: OCKMAN, J. (Ed.). Architecture Criticism Ideology. Princeton: Princeton Architecture Press, 1985. p. 51-87.
- LEFEBVRE, H. Humanismo y urbanismo. **Algunas proposiciones.** In: GAVIRIA, M.; GONZALEZPUEYO, J. (Eds.). . De lo rural a lo urbano. [s.l.] Península Barcelona, 1971
- RECAMÁN, L; WILDEROM, M. O sentido das possibilidades de uma contra-hegemônia na arquitetura. **VIRUS**, n.24, 2022. [online]. Disponível em:
<http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/734/734pt.php>. Acesso em: 02/03/23
- TAFURI, M., ‘Entrevista a Manfredo Tafuri’, **Materiales 3 – PEHCHCESCA**, Buenos Aires, p. 7-22, Agosto 1983.
- TAFURI, M. **Projecto e Utopia.** 1a Edição ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

¹⁶ O artigo "O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura", de autoria de Luiz Recamán e da autora, publicado em 2022 no número 24 revista Vírus do IAU-USP, apresenta a síntese de hipóteses/premissas estruturais para a referida pesquisa de pós-doutorado. É aqui destacado, no entanto, também como o registro de um diálogo que transcendeu este trabalho. Esta nota pretende, para além de elucidar este fato, mencionar a gratidão às demais pesquisas e experiências didáticas compartilhadas ao longo dos anos de colaboração junto ao Prof. Luiz Recamán, cuja precisão, generosidade intelectual e dedicação incansável deixaram uma marca indelével na trajetória da pesquisadora.